

Posfácio

Manuel Carlos Silva¹

No texto “Globalização, Desenvolvimento Desigual e Democracia” Manuel Carlos Silva, entendendo a globalização como conjunto de fluxos cada vez mais intensos dos mercados e das transações em termos económico-financeiros e comunicacionais, enquadra de modo crítico este fenómeno da globalização apresentado pela narrativa neoliberal como fatal, irreversível e insuperável. Seguidamente, sinaliza os vários entendimentos sobre as origens, os antecedentes e causas da globalização para assumir que esta, não obstante os traços específicos das últimas décadas, tem origem na transição da fase do capitalismo liberal para o monopolista, conhecida por imperialismo nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Após evidenciar que este processo de globalização tem tido lugar no quadro do desenvolvimento desigual do capitalismo, o autor apresenta as principais modelos de desenvolvimento, assim como as diversas abordagens e pressupostos sobre a economia e sociedade contemporânea: neoliberal, neoinstitucional, neomarxista e subsequentes teorias da dependência e do centro-periferia, territorialista e decolonial.

O sistema capitalista tem conhecido várias crises, a última das quais em 2008 se caracteriza por (i) uma deslocação na balança do poder entre as entidades estatais e os atores do mercado: desregulação financeira, possibilidades de evasão fiscal e acumulação de grandes fortunas numa oligarquia financeira transnacional; (ii) o enfraquecimento dos direitos civis com a emergência de estados securitários sob razão ou pretexto de ataques terroristas; (iii) a acentuada vaga de neo-nacionalismo e populismo e correlativo enfraquecimento dos acordos internacionais; (iv) um grau elevado de conflito entre grupos étnicos e/ou religiosos, pondo em causa a coesão dos respetivos Estados-nação; (v) uma crise de legitimação política e fiscal do Estado social e substituição gradual deste por um Estado penal; (vi) a interferência de fatores exógenos como as alterações climáticas e a disseminação das armas nucleares.

Num segundo momento, o autor debruça-se sobre os ganhos e as virtualidades da democracia face aos sistemas autocráticos e despóticos do passado graças sobretudo a movimentos sociais e políticos emancipatórios mas, simultaneamente, aponta os limites da atual democracia, nomeadamente nas suas dimensões económica, social e política. Segundo o autor, não é possível falar de desenvolvimento sem democracia e tão pouco é possível realizar a democracia em sentido pleno perante os diversos tipos e formas de desigualdade social. Hoje a democracia apresenta um saldo negativo e encontra-se em crise não só pelos níveis avassaladores de desigualdade, como devido

1 Sociólogo, Professor Catedrático e Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS_Nova_ Universidade do Minho) e Professor Visitante no Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), Universidade de Brasília. Para consulta das referências bibliográficas assinaladas pelos autores dos textos comentados remete-se para a consulta nas respetivas bibliografias de cada texto.

aos diversos mecanismos clientelares e formas político-ideológicas sobretudo a intoxicação mediática pela via das chamadas *fake news*.

Por outras palavras, as desigualdades sociais (territoriais, de classe, racial-étnicas e de género) comprometem não só a própria democracia direta e associativa, como a própria democracia representativa, na medida que afetam fortemente direitos sociais, económicos, culturais e políticos, pelo que a democracia representativa, além de dever ser potenciada na sua intensidade máxima, deverá ser complementada com a democracia direta, associativa, aliada a diversos movimentos sociais e ‘contrapontos’ contra-hegemónicos a nível global.

Emerson André de Godoy e Flávia Bottura Calvoso no seu texto “Políticas Sociais no contexto do Neoliberalismo: uma reflexão sobre os limites do Estado Burguês” evidenciam a tensão existente entre estes dois tópicos, começando por enquadrar e bem o Neoliberalismo como uma variante posterior da doutrina liberal assente na ‘mão invisível’ e do alegado equilíbrio resultante da lei da oferta e da procura, sustentada por Adam Smith e outros. Porém, os autores recuam aos filósofos jusnaturalistas, iluministas e contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau para encontrar o fio condutor da legitimação da propriedade privada sustentado pelo individualismo liberal, embora o contributo destes autores, nomeadamente de Rousseau, não só sobre o contrato social mas sobre a origem das desigualdades sociais poderia ser valorizado na medida em que é feita uma desconstrução filosófica das desigualdades sociais assentes em razões naturais ou divinas, que mereceria um desenvolvimento mais fino e multifacetado.

Centrando-nos, porém, na relação entre Políticas Sociais e Neoliberalismo, os autores evidenciam de modo cabal como, não obstante as Políticas Sociais representarem uma importante conquista a partir das lutas sindicais e doutros movimentos sociais, elas apresentam uma outra face no sentido de, simultaneamente, preservarem o sistema capitalista e amortecerem algumas das suas contradições internas. Primeiramente, como resultado da falência do liberalismo, cuja crise de 1929 suscitou a nova abordagem Keynesiana no sentido de corrigir os excessos de mercado desregulado e as taxas elevadas de desemprego pela intervenção indicativa do Estado. Com efeito, o Keynesianismo e, subseqüentemente, o neoinstitucionalismo foram, antes e sobretudo após a II Guerra Mundial, correntes inspiradores de novas configurações políticas desde o *New Deal* nos Estados Unidos ao *Welfare State* na Europa mas sempre no quadro do capitalismo.

O enquadramento teórico, assim como a menção às configurações a nível internacional por parte dos autores visam analisar, num segundo momento, a especificidade da formação social brasileira. Com efeito, por um lado, o Brasil como país é analisado como produto da herança colonial e escravocrata que originou uma classe patrimonialista e rentista que o autor classifica como elite agrária, a qual ter-se-ia encostado à sombra do próprio Estado. Não obstante a intervenção deste ser basicamente favorável a estas classes incrustadas no Estado, os movimentos populares forçaram responsáveis estatais mais atentos aos anseios populares a produzir alguma legislação laboral com o reconhecimento de direitos laborais entre os anos 30 e 60 do século XX. Foi assim criado um (proto)Estado Social que só posteriormente viria a sedimentar-se na Constituição de 1988 e sobretudo nas políticas de Governos PT entre 2002 e 2016, um aspeto que, mesmo sem pôr em causa os fundamentos macroeconómicos da dinâmica neoliberal a nível (inter)nacional, foi aliás pouco valorizado pelos autores. Em todo o caso, os autores reconhecem indiretamente esses relativos avanços, quando constata-

como esses direitos, conquistados numa combinação de movimentos sociais e intervenção estatal, têm conhecido uma crescente reversão e ameaça à própria democracia a partir do golpe institucional de destituição de Dilma Rousseff e, mais recentemente, pela ascensão da extrema-direita conservadora em termos socio-políticos e neoliberal em termos económicos.

Marina Salomão de Freitas Assunção de Carvalho, no seu texto intitulado “A confront between Modernisation and Postmodernism: an analysis of the *Millennium Villages Project*”, tomando como relevante objeto de análise e avaliação o Projeto *Aldeias do Millenium* – um tipo de Projeto criado em sede da Assembleia das Nações Unidas em 2000 e desenhado concretamente por Jeffrey Sachs, a fim de regiões africanas mais pobres atingirem os objetivos de Desenvolvimento do *Millenium* – problematiza o referido Projeto à luz de duas conhecidas Teorias do Desenvolvimento:

- (i) a teoria da modernização – cujo principal teórico é Rostow, de orientação liberal – foi elaborada no contexto da guerra fria no pressuposto ideológico de que haveria que difundir não só os princípios da economia do mercado como únicos capazes de proporcionar o crescimento e a abundância aos países subdesenvolvidos, como os valores da democracia e da liberdade ocidentais, cuja ausência e outros fatores internos estariam na base da incapacidade dos países subdesenvolvidos se desenvolverem. Tais princípios e liberdades seriam negados pelo marxismo e pelo socialismo presentes na ex-URSS, potência concorrente. O livro de Rostow intitulado “Etapas do crescimento económico” – desde a sociedade tradicional, passando pelo *take off*, sociedade especializada, madura, até à sociedade da abundância e do consumo massivo tem por subtítulo “Um Manifesto Anticomunista”, o que evidencia de modo explícito o carácter ideológico e propagandístico desta obra;
- (ii) a teoria do pós-modernismo defendida, entre outros por Sumner e Tribe, Jönsson et al., desenvolvida sobretudo nos anos 90’ e contrariando a perspetiva economicista da teoria da modernização que subestima ou mesmo ignora as dimensões sociais, étnicas e culturais, critica os objetivos velados dessa teoria na medida em que ela se apresenta como modelo económico ideal e universal, propõe soluções homogéneas para realidades socialmente diferenciadas, os seus conceitos são etnocêntricos e refletem concepções hegemónicas que inferiorizam os povos e países assistidos como ‘subdesenvolvidos’ e visam reproduzir a dominação e os valores ocidentais.

Se bem que sobre o desenvolvimento existam várias teorias – liberal, neoinstitucional, territorialista, marxista e teorias da dependência e centro-periferia, aliás reconhecidas pela autora – esta preferiu deliberadamente selecionar e contrapor as duas teorias, o que se justifica em termos de análise. No entanto e considerando a avaliação crítica que a autora faz a uma e outra na parte final, talvez a teoria neoinstitucional como primeiro contraponto à teoria liberal, assim como a teoria marxista e correlatas teorias da dependência, do centro-periferia e inclusive a decolonial, como próximas da teoria do pós-modernismo talvez colmatassem os pontos críticos apontados pela autora, quer à teoria da modernização, por um lado, quer à teoria do pós-modernismo, por outro. Porém, independentemente destas notas laterais, importa relevar neste texto a aguda e pertinente crítica da autora às duas correntes, ainda que em graus diferenciados, tendo por foco de análise e avaliação os Projetos de Aldeias do *Millenium*. Com efeito, se, por

um lado visto pelo ângulo da dita modernização, a autora constata alguns efeitos positivos do referido Projeto na área das infraestruturas, na melhoria de atividades agrícolas e na provisão de alguns bens básicos para a população, ela evidencia a falta de sustentabilidade a médio-longo prazo; por outro lado, perpetivado pela crítica pós-modernista, o Projeto reproduz os mecanismos de dominação, não resolve os problemas da desigualdade estrutural e da própria pobreza, representando apenas um paliativo para os problemas de fundo. Mais, este tipo de Projeto visa expandir e difundir os valores ocidentais, não tem em conta as desiguais relações de poder, a participação dos moradores, as suas necessidades e estratégias e, muito menos, a sua emancipação em termos sociais e políticos. Em suma, a autora considera e bem que ambas as correntes apresentam uma visão monocausal dos problemas do não desenvolvimento. Perante estes problemas a autora, considerando o nível local, nacional e internacional, pugna e com toda a pertinência por uma perspectiva pluricausal, a qual, no meu entender, poderia ainda ser enriquecida numa perspectiva plurinível: societal, organizacional e interativa.

No âmbito da reflexão sobre temas de desenvolvimento, a ciência e a tecnologia constituem duas componentes estruturais, as quais obviamente dependem do grau de investimento das instituições públicas e privadas, mas também dos diversos atores coletivos e individuais, nomeadamente no contexto escolar. É justamente em torno destes tópicos que Rejane Maud Nogueira Casanova Costa, Márcia Cristina Leite Pereira e Elaine Cristina Leite Pereira no seu texto “Diferentes realidades sociais e as percepções sobre Ciência e Tecnologia em ambiente escolar” nos apresentam uma interessante reflexão ancorada num estudo empírico numa escola pública municipal, procurando aferir o grau de conhecimento, adesão e compromisso com as áreas da ciência e tecnologia entre profissionais de educação, designadamente docentes e servidores/as administrativos/as, sendo estes predominantemente de sexo feminino. Com efeito, tendo em conta estes atores/as, muito relevantes nomeadamente no quadro de aprendizagem dos alunos/as, as autoras visam saber até que ponto os temas de ciência e tecnologia estão popularizados entre os/as docentes e funcionários/as de uma escola pública. Para tal enveredam por colocar-lhes uma série de perguntas não só sobre estes temas, mas sobre outros de modo a poder enquadrar as respostas numa perspectiva comparativa. Assim, tendo sido questionados os docentes e servidoras/es administrativas sobre quais as indicações de temas de maior interesse, as respostas incidiram por ordem de importância sobre o meio ambiente, seguido de medicina e saúde e, depois, por arte e cultura, ficando a política relegada para plano secundário ou mesmo residual. Quando, porém, foram colocados/as para avaliação temas como religião, ciência e tecnologia, economia e moda e esportes, a hierarquização dos temas estabeleceu-se do seguinte modo: primeiro, a religião, seguida da ciência e tecnologia, depois economia e, já menos relevante, moda e esportes. Em qualquer das hipóteses colocadas – uma mais de teor espontâneo, outra colocada sob forma de escolha, as respostas obtidas pelas investigadoras/es foram extremamente indicativas de como o meio ambiente, a medicina e saúde, por um lado e, por outro, a religião e a ciência e tecnologia (com particular foco na informática e na computação) mantêm um interesse elevado, enquanto outras questões como política, desporto ou moda são acolhidas com baixo grau de interesse.

Todos estes temas poderiam suscitar uma reflexão mais aprofundada, nomeadamente sobre o baixo interesse pela política corrente e conseqüente descrédito entre a população – que as autoras referem de passagem, podendo mesmo constituir um bom indicador para entender o resultado das últimas eleições em 2018. Porém, quando

contraposto o baixo interesse pela política com um elevadíssimo interesse pela religião em primeiro plano, poder-se-ia colocar em questão até que ponto as religiões oficiais, nomeadamente algumas evangélicas e a católica, mais direta ou indiretamente associadas ao poder a nível local, nacional e internacional, merecem ser analisadas não tanto à luz da crença mas mais das relações de poder e sobretudo de manipulação de consciências de sujeitos em carência material e despolitizados, como foi o caso do Brasil. Deixando de lado esta consideração lateral no tema do artigo, mas que, replicada noutras classes, poderia ser muito instigante, as autoras salientam que os temas da ciência e da tecnologia mantêm-se como temas de interesse, embora, graças a outros aspetos como os relativos ao grau de participação em eventos de ciência e tecnologia, as autoras concluem ser um assunto de interesse limitado, atendendo aos inúmeros recursos disponíveis.

Por fim, releva o facto de os inquiridos/as, quando questionados/as sobre quais os fatores mais importantes para o desenvolvimento do Brasil, estes apontam, de forma decrescente, mais uma vez as ciências da saúde, a informática e a computação, as ciências sociais e humanas, as ciências biológicas, a agricultura, a matemática, as ciências físicas e a engenharias. Esta hierarquização disciplinar, como dizem e bem as autoras, terá de ser enquadrada nas diferenciadas realidades sociais, ou seja, no diferenciado lugar de classe ou tipo de pertença social, o nível de escolaridade e as perceções sobre ciência e tecnologia.

Considerando que a educação constitui um pilar fundamental do desenvolvimento das sociedades, ela deve ser extensível a todos os cidadãos/ãs, proporcionando-lhes recursos e meios que tornem a educação inclusiva e acessível. Ora um dos grupos que, na maior parte dos países, nomeadamente no Brasil, sofre com obstáculos à realização plena desse direito são adolescentes e jovens com necessidades educativas especiais. Com o seu texto “Educação inclusiva e seus obstáculos na instituição escolar” André Ribeiro da Silva e Jacqueline Fátima Morais reconhecem este problema como fortemente presente no Brasil e, não obstante assinalar a consagração desses direitos em declarações de organismos internacionais como a Unesco em 1990 e 1994, na Constituição Federal do Brasil em 1988 e em diversos leis, decretos-leis e portarias subsequentes, na realidade tais declarações internacionais e nacionais não têm expressão concreta, persistindo diversos obstáculos à sua realização na vida das escolas.

Esta conclusão surge com base numa revisão de produção científica sobre o problema, disponível nas revistas da Capes entre 1978 e 2016, pelas quais igualmente os autores constataam não haver políticas públicas adequadas e eficientes para que tal educação inclusiva tenha lugar de modo mais sustentado. Mais, os autores, com base em consulta de literatura mais avançada, propõem de modo inovador que tal educação inclusiva assuma os alunos como pessoas ativas e participantes e tenha lugar não em homogeneizadas escolas específicas mas em escolas regulares, embora com infraestruturas físicas, material didático e outros recursos materiais adaptados, professores profissionalizados e atendimento personalizado. Porém, tais condições não estão presentes na maior parte das escolas, o que, considerando situações de grave défice de políticas públicas nesta matéria, tal implica novos desafios que pressupõem o abandono das atuais políticas ultraconservadoras, acrescidas de um agressivo neoliberalismo, por parte do atual governo, apostado na atual conjuntura em desobrigar o Estado, desregular e destruir direitos sociais em várias áreas, nomeadamente na educativa.

No quadro da educação, um dos vetores importantes reside não só na qualificação escolar mas também na socialização de valores que possibilitem o desenvolvimento autónomo e consciente dos grupos e indivíduos, em que não só a família, como a escola e demais instituições estão apostadas. Um fenómeno que vem preocupando não só especialistas como pais, educadores e professores tem sido o crescente número de infeções por DST/HIV ou ainda, nalgumas sociedades como a brasileira, um elevado número de gravidezes de adolescentes. Neste âmbito, Maria Eliane Liégio Matão, Aline de Almeida Ribeiro, Ilara Tamyres Silva Dias, Talita de Moraes Carrijo, Wagner José Caetano, André Ribeiro Silva e Denismar Borges de Miranda produziram uma importante reflexão vertida no texto “Perspetiva dos educadores em relação à educação sexual nas escolas”. Envolvidas/os profissionalmente em questões de saúde, as autoras/es tiveram a louvável iniciativa de proceder a um estudo de ordem qualitativa a este respeito, relevando a perspetiva dos educadores relativamente à educação sexual nas escolas. Tendo por foco e base a inquirição por entrevista semiestruturada junto de 9 docentes dos níveis de ensino fundamental e médio numa escola da rede estadual de ensino na região Noroeste de Goiânia acerca do nível de Educação Sexual dos alunos/as, as respostas obtidas foram sujeitas a uma análise de conteúdo. O estudo revela que a educação sexual, quer na maior parte das famílias, quer inclusive na escola, ainda não é implementada ou, se o é, é ainda muito frágil, sendo apontados pelas autoras/es alguns fatores e mecanismos responsáveis por esse fenómeno: por um lado, a impreparação dos pais, vários dos quais vítimas de preconceitos ou tabus sobre a matéria; por outro lado, a falta de formação sobre educação sexual por parte de grande parte dos professores/as. No entanto, por iniciativa dos próprios ou porque induzidos/as pelas mais diversas situações, os professores/as constataam um grande interesse e curiosidade dos alunos sobre a exposição de temas relacionados com Educação Sexual, mais com a gravidez precoce e os métodos anticonceptivos e menos com os efeitos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Por outro lado, a par de comportamentos com piadas e brincadeiras, observam a timidez e vergonha de parte considerável dos alunos/as que se inibem em sala de aula de colocar questões a este respeito, buscando os professores/as para lhes tirarem dúvidas de modo particular e discreto fora da aula. Este tema, para além de preconceitos e tabus, torna-se no caso brasileiro mais dificultado por razões de ordem religiosa, na medida em que diversas religiões de cariz conservador dificultam não só os esclarecimentos em sede escolar, mas influenciam os pais de modo preconceituado.

Igualmente na área da Educação, nomeadamente nos processos de aprendizagem, o método mais fecundo tem sido e continua sendo a experiência de aprendizagem em regime presencial na medida em que é susceptível de potenciar o máximo de interação. No entanto, particularmente nas últimas décadas têm-se realizado inovações didático-pedagógicas através de processos de aprendizagem *on line*, a chamada Educação à Distância (EaD) no quadro das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O texto intitulado “Aprendizagem colaborativa online: uma experiência e vivência em tutoria na disciplina Promoção de Saúde 3” (PS3) foi elaborado a partir desta disciplina, cujas linhas gerais na sua relevância foram descritas no referido texto por Estéfane Câmara, enquanto aluna e, posteriormente, tutora da referida disciplina e o docente da disciplina André Ribeiro da Silva. A disciplina, oferecida pelo Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos (Nesprom) do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília (UnB), envolveu 320

alunos/as distribuídos em 20 turmas de 16 alunos/as cada uma e com materiais previamente organizados e distribuídos. Ela foi ministrada em regime semipresencial, possibilitando todavia que pudesse também ser ministrada *on line* com ganhos de rapidez e horizontalidade, interação e colaboração nas relações entre os intervenientes. A experiência que envolveu, para além do professor/a, alunos/as da turma – os quais podiam também assumir o papel de supervisores/as, tutores/as e monitores/as – revelou-se não só profícua como satisfatória para todos os intervenientes, na medida em que, para além do trabalho coletivo e em equipa, diminuiu o absentismo e o índice de reprovação.

Um dos indicadores de desenvolvimento consiste em ter assegurado o direito à educação não só como componente de cidadania mas como base para o exercício de atividade profissional dignamente remunerada. A este respeito Hannah Zuqui Aidar Prado, no seu excelente artigo “Trabalho, Escola e Criminalização da Infância do Brasil”, apesar de a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proibirem o trabalho infantil, constata que uma parte considerável de crianças e adolescentes até aos 18 anos, incluindo meninos e meninas entre 12 e 14 anos, exercem trabalho infantil, parte dos/as quais entram no comércio de drogas e são subsequentemente por isso criminalizados e, não raro, considerados ‘perigosos’, ‘desordeiros’ ou mesmo ‘criminosos’.

Sem deixar de reconhecer o avanço pelas normas da Constituição Federal de 1988 e da ECA, a autora aponta o desigual acesso à escolaridade para grande parte dos filhos/as das classes trabalhadoras como fio interpretativo para a política de ambiguidade entre a proteção e a criminalização das crianças e adolescentes das referidas classes, sendo associadas amiúde a ‘pobreza’, ‘marginalidade’ e ‘criminalidade’.

Não obstante os avanços na escolaridade, a escola mantém-se como local de reprodução de desigualdades, o que, sendo real, tal não invalida que seja também pela escola que alguma melhoria ou mesmo mobilidade social seja possível – uma vertente pouco salientada ou evidenciada neste artigo, sendo relevada a recorrente situação de segregação, vulnerabilidade, precariedade dos adolescentes e jovens mais pobres, seleção dita meritocrática e ‘aceleração’ de aprendizagens subalternas. O facto, porém, é que a autora, relativamente à situação do papel da escola no Brasil, constata que a uma grande parte dos filhos das classes trabalhadoras não lhes é garantida a concretização do direito à educação, não só relativamente ao ensino secundário e superior como inclusive ao ensino fundamental. E, num contexto social de baixa escolaridade, desemprego e precariedade laboral, uma parte de crianças e jovens pode ser induzida não só a exercer trabalho infantil como inclusive a entrar como trabalhadores em idade infantil ou adolescente no comércio da droga com a subsequente criminalização por parte do Estado.

Tendo este problema como pano de fundo, a autora procede argutamente a uma análise crítica sobre os diversos instrumentos de controlo e vigilância pela via assistencialista e tecnicista utilizados pelo Estado nos séculos XIX e XX, nomeadamente no processo de industrialização e modernização conservadora (abrigos, reformatórios, casas de trabalho, prisões). Sem deixar de reconhecer a mudança operada com os princípios constitucionais e da ECA na proteção das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a autora critica, já num outro registo, as concepções e políticas mais recentes que se incrustam nas anteriores matrizes mas não operam a rutura necessária no sentido da cidadania e da emancipação. Ou seja, as novas matrizes educativas e ‘pedagógicas’ atuam ainda no sentido não tanto de proteção mas igualmente de

controle, seja no quadro da escola e do sistema socio-educativo, seja sobretudo pelo internamento institucional e, não raro, por processos de criminalização das crianças e adolescentes através do sistema de justiça criminal designadamente por envolvimento no comércio da droga. De facto é hoje altamente chocante, tal como a autora refere, que haja ainda quase 30% adolescentes que não finalizaram o ensino fundamental e grande parte deles/as exerça trabalhos precários e mal pagos. Mais chocante ainda é quando, tal como a autora salienta, o Estado penal e securitário tenha parte considerável de adolescentes e jovens, nomeadamente negros e pobres, num sistema socio-educativo punitivo ou mesmo na prisão e outra parte seja assassinada, em que o índice de homicídios na adolescência é de 2,98/1000 habitantes em municípios com mais de 100.000 habitantes, somando mais de 42.000 adolescentes por ano entre 2013 e 2019, amiúde abatidos por forças policiais.

Em suma, do notável retrato e análise elaborada pela autora se infere que apenas quando se alterarem as condições de vulnerabilidade das classes trabalhadoras e dos seus filhos/as, nomeadamente negros/as em privação, e sejam assegurados direitos efetivos à educação e a um trabalho digno para todos/as, tornar-se-ão desnecessários os injustos mecanismos de controle e vigilância, assim como reduzir-se-á consideravelmente o número de prisões e assassinatos.